

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de  
Sua Exa. a Ministra Adjunta e dos Assuntos  
Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Nº: 2170 ENT.:4925	07-12-2023	Nº: 489/2024 ENT.: 12110/2023 PROC. Nº: 696/2022	15-01-2024

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 255/XV/2.ª, de 07 de dezembro de 2023, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (Deputados Sara Madruga da Costa e outros) – Contratualização em falta das obras prometidas nos Tribunais da Comarca da Madeira

Em referência ao ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Exa. a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete



Filipa Sobral Torres

NL/OC

## Nota

**Assunto:** Resposta à Pergunta Parlamentar n.º 255/XV/2.ª de 07 de dezembro de 2023.  
As (os) deputadas(os) Sara Madruga da Costa, Paula Cardoso Pires, Mónica Quintela, Ofélia Ramos, Fernando Negrão, Emília Cerqueira, André Coelho Lima, Lina Lopes, Cristiana Ferreira, Catarina Rocha Ferreira, Márcia Passos, Patrícia Dantas e Dinis Ramos, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm apresentar à Ministra da Justiça as seguintes perguntas, relativas à contratualização em falta das obras prometidas nos Tribunais da Comarca da Madeira:

1 - Por que razão o Governo ainda não avançou com a imprescindível contratualização das obras em falta prometidas nos tribunais da Comarca da Madeira, nomeadamente nos Tribunais de Santa Cruz, Ponta do Sol, Edifício 2000, Porto Santo e deslocalização do Juízo de Família e Menores?

2 - Quais as razões para o “veto na gaveta” e para o atraso na contratualização destas obras urgentes para a Comarca da Madeira?

3 - Vão, ou não, estes contratos urgentes ser outorgados antes de o Governo passar a gestão, situação esta que, dados os anúncios do Sr. Presidente da República, tudo indica acontecerá no início de dezembro?

\*\*\*

No contexto das questões colocadas, cumpre-nos informar o seguinte:

Como enquadramento prévio, damos nota que esta área governativa da justiça empreendeu, logo em maio de 2022, após o início do mandato, um trabalho muito intenso, em estreita articulação com todos os parceiros da área da justiça, no sentido de identificar as intervenções mais urgentes e mais prioritárias a atender em matéria do edificado da justiça.

Foi assim possível, após esse trabalho de levantamento exaustivo, aprovar um Plano Plurianual de Investimentos para a área da justiça, que prevê um investimento global

de 200,7M€ + Iva, a concretizar nos anos de 2023 a 2027 (RCM n.º 119/2023, de 9 de outubro).

Na área dos tribunais, prevê-se investimento em todas as Comarcas do país, sem exceção, consoante as necessidades identificadas.

No que à Comarca da Madeira diz respeito, foi identificada como prioridade a reabilitação geral do edifício, celas e acessibilidades do Tribunal de Santa Cruz, com uma previsão de investimento de 350mil€ + Iva, como decorre da RCM acima indicada.

Para além desta intervenção, prevista no Plano Plurianual de Investimentos, existem outras empreitadas e avaliações em curso noutros edifícios da Comarca da Madeira, com vista à resolução de carências identificadas.

Assim, e por referência aos edifícios objeto das questões colocadas, informa-se:

**Tribunal de Santa Cruz:** Foi assinado em 5 de janeiro passado assinatura de Protocolo e Contrato Interadministrativo entre o IGFEJ, I.P. e a Câmara Municipal de Santa Cruz, no mês de janeiro de 2024, para a elaboração do projeto tendo em vista a realização das obras de adaptação das instalações do Juízo de Competência Genérica. As obras incluem também a criação de acessibilidades e de espaços de detenção no edifício.

**Tribunal de Ponta do Sol:** Está atualmente em curso a “empreitada de substituição das cantarias degradadas das fachadas”. Após esta empreitada, seguir-se-á a empreitada relativa à “reabilitação do edifício e criação de acessibilidades” (prevista concluir no 1.º semestre de 2024), que incluirá também os trabalhos de eliminação das grades metálicas existentes ao nível do piso térreo e sua substituição por portadas em alumínio.

**Edifício 2000:** Está prevista a celebração de um contrato interadministrativo entre o IGFEJ, I.P. e a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, para a realização de obras de reparação e beneficiação de parte das fachadas do edifício “Funchal 2000”. Em 11.12.2023 o IGFEJ, I.P. remeteu, para pronúncia/aprovação, à Direção Regional do Equipamento Social e Conservação a versão revista da minuta do contrato interadministrativo.

Tribunal do Porto Santo: Encontra-se em fase de conclusão a empreitada para promoção de acessibilidades. Não está previsto, de momento, intervenções nas fachadas e cantarias do Palácio da Justiça de Porto Santo.

Deslocalização do Juízo de Família e Menores - A ESTAMO é proprietária de um edifício denominado “Alfândega do Funchal”, atualmente arrendado à Autoridade Tributária (AT), que ocupa apenas uma parte do edifício. O IGFEJ, I.P., manifestou interesse em arrendar a outra parte do edifício para instalação do Juízo de Família e Menores. O processo de negociações encontra-se em curso.

Conclui-se, pois, que as diversas carências identificadas na Comarca da Madeira estão a ser objeto do adequado tratamento, cumprindo os prazos das formalidades legais exigidas.

As contratações e realização das obras necessárias prosseguirão, sendo o IGFE, I.P. a promover a contratação e execução destas empreitadas.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça  
Lisboa, 12 de janeiro de 2024